



# 26<sup>th</sup> APDR CONGRESS

**Evidence-based territorial policymaking:**  
Formulation, implementation  
and evaluation of policy

# Proceedings

ISBN 978-989-8780-07-2



universidade de aveiro  
unidade de investigação em governança,  
competitividade e políticas públicas



universidade  
de aveiro



REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION INTERNATIONAL



European Regional Science Association



**Welcome to the 26<sup>th</sup> APDR Congress, July 4-5, 2019, Aveiro**  
APDR and the Local Organising Committee wish you a pleasant and inspiring participation!

## **Table of Contents**

<b>TABLE OF CONTENTS</b> .....	<b>1</b>
<b>PROGRAMME OVERVIEW</b> .....	<b>2</b>
<b>OVERVIEW PARALLEL SESSIONS</b> .....	<b>3</b>
<b>THEMES</b> .....	<b>4</b>
Umbrella Theme.....	4
General Themes.....	4
Special Sessions' Themes .....	5
<b>COMMITTEES</b> .....	<b>6</b>
<b>ORGANIZATION</b> .....	<b>6</b>
<b>CONGRESS VENUE</b> .....	<b>7</b>
How to arrive at the University of Aveiro.....	7
<b>DAY BY DAY PROGRAMME</b> .....	<b>8</b>
Wednesday, 3 July 2019 .....	9
Thursday, 4 July 2019 .....	10
Friday, 5 July 2019.....	18
<b>ABSTRACTS AND PAPERS</b> .....	<b>24</b>
Parallel Sessions (1).....	25
Parallel Sessions (2).....	98
Parallel Sessions (3).....	416
Parallel Sessions (4).....	748
Parallel Sessions (5).....	966

**SS22: Cultural and creative tourism in urban and rural territories and community roles**

**Chair:** Paula Remoaldo

**Location:** Room 23.3.15

- 1027 O Turismo Criativo e o Cooperativismo: Potencialidades e Desafios. **[NOT PRESENTED]**  
Iolanda Barros, **Pedro Henrique Duarte**
- 1042 Atividades culturais e criativas em Portugal: uma primeira abordagem  
Olga Matos, **Lilian Gavioli**, Sara Silva, Paula Remoaldo
- 1047 Activities and Practices in creative tourism: examples of international institutions.  
**Paula Remoaldo**, Olga Matos, Ricardo Gôja, Carla Xavier, Nancy Duxbury
- 1109 O impacto económico de eventos turísticos - o caso da Semana Santa de Braga.  
Sílvia Sousa, **João Cerejeira Silva**, Isabel Dias
- 1023 Os impactes do turismo em Barcelos: uma aproximação exploratória.  
José Cadima Ribeiro, **Paula Remoaldo**

**SS23.B: Innovation, innovation policy and rural development**

**Chair:** Artur Rosa Pires

**Location:** Room 10.2.3

- 1152 Bioeconomy policy and rural development: (Building on and breaking with) the past.  
Carlo Castellaneli, **Artur Rosa Pires**
- 1252 Innovation policy and Rural Development: Building up the linkages for growth and well-being in contemporary society.  
**Artur Rosa Pires**
- 1149 Os desafios da inovação nas áreas rurais portuguesas.  
**Nuno Romão**
- 1137 Redes de Inovação e Especialização Inteligente no Brasil: Algumas Lições da Experiência RIS3 em Pernambuco.  
Hugo Pinto, **Carla Nogueira**, Fábio Sampaio, Ana Filipa Sá

**RS20.C: Regional and local development policies**

**Chair:** António Ribeiro

**Location:** Room 10.2.4

- 1223 Cidades Principais e Secundárias em África.  
**Nerhum Sandambi**, Gertrudes Guerreiro
- 1068 Indicadores de Desempenho das Finanças Públicas dos Municípios Localizados no Corede Fronteira Noroeste.  
**Maurício Farias**
- 1283 O turismo gastronómico e a gestão de eventos: um contributo para o desenvolvimento local.  
Bruno Sousa, **José Miguel Fernandes**
- 1308 Efeito da Centralidade Urbana na Relação Mútua entre Investimento Público Social Municipal e Desenvolvimento Socioeconómico Local.  
**Daiane Machado**, Ademir Clemente
- 1281 Descentralização e Reforma do Estado estudo sobre o nível adequado à descentralização administrativa e financeira em Portugal.  
**António Ribeiro**

**RS20.B: Regional and local development policies**

**Chair:** Liliana Fonseca

**Location:** Room 10.2.5

- 1166 Política Educativa Local, desafios emergentes.  
Joana Duarte, **Susana Santos**, João Lourenço Marques
- 1214 Da Alemanha aos Países do Leste Europeu: A Similaridade do Perfil de Exportação do Brasil Para a União Europeia.  
**Karen Michels**, Angélica Massuquetti, André Azevedo
- 1311 Cidades e Bairros: Como Bairros se configuram como Mini Cidades: A Experiência do Projeto Cidades Internas.  
Noelio Spinola, **Iolanda Barros**
- 1013 Fatores Relevantes no Estabelecimento de Cooperação entre PME em Angola  
**Agostinho Bumba**, Mário Franco
- 1157 The Role of Higher Education Institutions in Regional Innovation and Development Strategies.  
**Liliana Fonseca**, Lisa Nieth

**01223 - CIDADES PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS EM ÁFRICA****Nerhum Laurindo Adriano Sandambi<sup>1</sup>, Gertrudes Saúde Guerreiro<sup>2</sup>**<sup>1</sup> Universidade de Évora, Portugal, m43403@alunos.uevora.pt<sup>2</sup> Universidade de Évora, Portugal, gdsg@uevora.pt

**Abstract.** O presente artigo analisa de forma comparativa as cidades principais (metrópoles) e secundárias em África, nomeadamente nos países de Angola, África do Sul e Marrocos. São analisadas as cidades de Luanda e Benguela em Angola, município metropolitano de Joanesburgo, Cidade de Cabo e Bloemfontein na África do Sul, e Casablanca e Rabat em Marrocos. No que respeita a Angola, verifica-se que a cidade de Luanda é uma das principais cidades de África, com elevado crescimento urbano, caminhando para uma futura megacidade, enquanto Benguela, com um crescimento urbano mais moderado, se posiciona como uma cidade secundária, mas com uma localização vantajosa e estratégica para o desenvolvimento económico regional. A África do Sul apresenta uma estrutura urbana muito bem desenvolvida quando comparada com os demais países do sul de África, sendo que nas principais cidades, como por exemplo Joanesburgo, a população maioritariamente reside e trabalha no centro urbano, onde há altos níveis de rendimento. No presente artigo comparam-se as cidades do Sul com as do Norte de África (Marrocos), sendo que no caso das cidades de norte, como Casablanca, o crescimento urbano acompanha a dinâmica social, muito ao contrário daquilo que acontece por exemplo em Luanda, onde há um grande problema de mobilidade urbana.

**Keywords.** África, Metrópoles, Cidades Principais, Cidades Secundárias, Economias de Aglomeração, Crescimento Urbano, Desenvolvimento Regional

**1. INTRODUÇÃO**

As cidades preenchem um papel fundamental na economia dos países, e em especial nos países em vias de desenvolvimento, onde na maioria dos casos existe um grande número de habitantes concentrado nas áreas urbanas. As características da região do mundo onde se localiza o país, em geral, e as características do próprio país em particular, condicionam a evolução das zonas urbanas, as quais deveriam possuir infraestruturas capazes de responder às necessidades das suas populações.

De facto, o nível de desenvolvimento de cada país condiciona o planeamento e condições gerais das zonas urbanas, sendo que normalmente os países mais desenvolvidos possuem zonas urbanas muito bem apetrechadas, com infraestruturas modernas de grandes dimensões e com um elevado grau de tecnologia incorporada. Obviamente que estas diferenças se prendem com distintas razões que vão além do próprio desenvolvimento económico, muitas delas associadas a fatores históricos que definem as distintas regiões do mundo. Em geral, os países que ao longo da história dominaram as principais regiões do mundo em busca de recursos naturais, constituem naturalmente o grupo de países mais desenvolvidos do mundo, sendo que na maioria dos casos as suas cidades principais e secundárias estão muito bem servidas, com as infraestruturas que uma determinada zona urbana deve ter.

Por norma as cidades sedes de governos, ou seja, comumente designadas pela literatura de economia urbana, como cidades principais, dispõem de um conjunto de infraestruturas que as torna visíveis, quer a nível nacional, como internacional. Nalguns casos, a diferença entre as cidades principais e secundárias dos países mais desenvolvidos é pouco notória, dado que estas últimas também apresentam um conjunto de infraestruturas semelhantes às das cidades principais, podendo inclusive, quando beneficiam de uma localização privilegiada, ser tanto ou mais importantes, do ponto de vista económico, do que a própria cidade principal. Na maioria dos casos a distinção faz-se apenas pelo facto das cidades principais concentrarem a sede de governo, os diferentes ministérios, as instituições judiciais e todos os serviços públicos, assim como uma maior oferta por parte de instituições de educação, quer públicas, quer privadas.

Porém existem países que representam uma exceção no que respeita a esta realidade. A título de exemplo, África do Sul possui uma cidade que é considerada capital judicial, Bloemfontein, e uma outra cidade como capital administrativa (onde se localiza o governo), Pretória, e ainda uma terceira como capital legislativa, Cidade do Cabo, onde se localiza o Parlamento Nacional.

Mas nos países em vias de desenvolvimento, as cidades principais normalmente apresentam uma elevada concentração de infraestruturas, tornando as cidades secundárias relativamente mais pobres e dependentes das primeiras. Um dos principais objetivos do presente estudo é exatamente compreender as principais causas que fazem com que as cidades principais dos países em vias de desenvolvimentos apresentem uma maior economia de aglomeração relativamente às cidades secundárias.

As economias de aglomeração podem ser definidas como os ganhos económicos que advêm da concentração geográfica das atividades produtivas. Tais ganhos podem-se manifestar de diferentes formas: através da difusão local do conhecimento, da redução dos custos logísticos, do surgimento de atividades complementares, do adensamento do mercado de trabalho, entre outros. Mas as vantagens da aglomeração podem ter uma evolução em forma de parábola, atingindo um ponto de máximo, a partir do qual se começam a registar deseconomias de aglomeração associadas ao processo de crescimento populacional e económica das cidades.

A formação de economias de aglomeração nas zonas urbanas dos países em vias de desenvolvimento, provoca um efeito de empobrecimento nas outras regiões do país, dado que, pela inexistência de empregos, verifica-se uma migração da força de trabalho do interior para a capital do país, conforme, será analisado no presente estudo.

Pretende-se com este estudo aplicado, analisar de forma comparativa algumas cidades principais e secundárias de África. Para o efeito selecionaram-se três países, Angola, África do Sul e Marrocos como país da África do Magrebe, ou seja, da África do Norte. Abrange-se assim duas regiões africanas distintas, que a literatura designa respetivamente por África Sariana e a África Subsariana, esta última curiosamente a parte mais rica do continente em termos de recursos, mas também onde se regista um acentuado nível de pobreza.

Apesar de existir esta discrepância entre as cidades principais dos países desenvolvidos e as dos países em vias de desenvolvimento, nestes últimos as zonas urbanas têm crescido de forma significativa, embora ainda persista a predominância dos espaços rurais. Tal é o caso dos países africanos, sendo que em muitos deles a maior parte da população reside em zonas rurais, cuja principal atividade é a agricultura de subsistência.

Os polos industriais constituem um fator preponderante no desenvolvimento das zonas urbanas e pode-se dizer que representam uma das razões do crescimento urbano, principalmente pela criação de emprego e correspondente atração de população, dando origem a economias de aglomeração. Este fenómeno também está presente nos países africanos.

Importante também é a sustentabilidade do crescimento das cidades, a conciliação da inovação tecnológica (cidades inteligentes), com a manutenção do ambiente. O meio ambiente é uma das principais preocupações das entidades que administram as cidades, numa tentativa de se garantir um crescimento autossustentável das mesmas. A título de exemplo veja-se a tendência para diminuir o uso relativo das energias fósseis substituindo-se por energias limpas, ou seja, as energias renováveis.

O presente artigo, procura analisar de uma forma particular as cidades principais e secundárias de alguns países africanos, com uma comparação entre os principais indicadores das zonas urbanas, desde a população, as grandes centralidades, as instituições, os polos industriais e os fornecimentos dos principais serviços de utilidade pública.

Para tal, após a presente introdução, a revisão bibliográfica no ponto 2 e a descrição da metodologia aplicada no ponto 3, no ponto 4 deixam-se algumas notas relativas ao processo de urbanização em África, no ponto 5 realiza-se a análise comparativa de três países africanos no que respeita à tipologia das cidades principais e secundárias, e finalmente no ponto 6 retiram-se algumas conclusões do trabalho realizado.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Apesar da vasta literatura existente na área de investigação da economia urbana, no presente trabalho opta-se por abordar em particular os estudos relacionados com o crescimento e desenvolvimento urbano em África, sendo que muitos deles abordam um país específico, como é o caso da África do Sul. Apresentam-se também alguns estudos semelhantes realizados noutras regiões do mundo.

Começamos por analisar o estudo sobre cidades principais e secundárias na Europa, uma caracterização dos contrastes à escala da região urbana de Cardoso (2015). Este autor no seu artigo compara três conjuntos de cidades principais e cidades secundárias europeias com o objetivo de verificar se existem padrões semelhantes nos respetivos contrastes estruturais e socioeconómicos à escala da região urbana. Segundo o autor refere, esta questão é importante porque alguma literatura sugere diferenças fundamentais entre os dois tipos de região urbana que importa tornar visíveis. Uma análise geodemográfica revela de facto contrastes similares entre capitais e cidades secundárias, principalmente ao nível da distribuição e incidência dos diferentes grupos socioeconómicos. Explorar estas diferenças contribui tanto para uma tipificação dos dois tipos de cidade como para o estudo das diferentes formas de integração funcional e institucional da região urbana. Dos três conjuntos de cidades analisadas pelo autor resulta que, de facto, apesar de Londres, Lisboa e Bruxelas serem muito diferentes entre si, tal como Bristol, Porto e Antuérpia, os contrastes entre cada cidade principal e cidade secundária seguem padrões aproximados. Alguns, como a presença maciça da imigração, são muito claros. Outros são mais ambíguos, mas suficientemente visíveis para justificar investigação de outros casos Europeus. As três regiões urbanas secundárias revelam uma presença maior de áreas de baixa densidade, maior ruralidade, menos qualificações e emprego mais local. Estas são áreas sobre as quais se pode sugerir que o impacto da expansão centrífuga da cidade dominante foi menor. Por outro lado, as três capitais revelam maior presença de zonas densas e monofuncionais, com distâncias casa-trabalho maiores, que podem ser associadas a uma descentralização intensiva e socialmente diferenciada. Enquanto nas cidades secundárias há uma maior tendência para que os centros menores mantenham a sua diversidade socioeconómica, as capitais tendem a transformar esses núcleos urbanos em 'satélites' de tipologia dominante.

Um estudo semelhante que analisa o papel das cidades secundárias na gestão da Urbanização na África do Sul é o de Marais & Cloete (2017). O artigo avalia o papel desempenhado pelas cidades secundárias. Segundo os autores, embora as cidades secundárias tenham proporcionado, em grande parte, uma infraestrutura adequada, de acordo com a procura e crescimento populacional, três diferenças entre os municípios metropolitanos e as cidades secundárias são observadas. Primeiro, na maioria dos indicadores, os dados das cidades secundárias apresentam uma maior distribuição do que os municípios metropolitanos. Em segundo lugar, o rendimento das famílias nas cidades secundárias permanece menor do que nos municípios metropolitanos. Terceiro, a capacidade das cidades secundárias de fornecer infraestruturas básicas

não difere muito da dos municípios metropolitanos. Segundo os autores, as cidades secundárias geralmente desempenham um papel importante, como pode ser visto pelo fato de que o movimento populacional para as cidades secundárias coincidiu com os padrões de emprego. A construção de infraestruturas nas cidades secundárias também conseguiu acompanhar o aumento da população. Infelizmente, as cidades secundárias, da mesma forma que os municípios metropolitanos, nem sempre conseguiram proporcionar habitação adequada à população. Apesar das semelhanças verificadas pelos autores, várias diferenças entre os municípios metropolitanos e as cidades secundárias devem ser observadas. As principais diferenças são vistas na distribuição dos dados entre as cidades secundárias. Entre muitas dessas cidades secundárias o seu crescimento, acompanhado de um aumento populacional e construção de infraestruturas, surge associado a uma dependência económica de um só setor de atividade, normalmente o setor mineiro (indústrias extrativas). Em segundo lugar, enquanto o rendimento familiar nas cidades secundárias permanece substancialmente menor do que nos municípios metropolitanos, a taxa de emprego nos municípios metropolitanos é maior do que nas cidades secundárias. Em terceiro lugar, a construção de infraestruturas nas cidades secundárias tem crescido substancialmente mais do que no caso dos municípios metropolitanos – embora partindo-se de uma base inferior na maioria dos casos.

Finalmente, embora o desempenho das cidades secundárias se tenha aproximado do dos municípios metropolitanos em muitos dos indicadores, a vulnerabilidade do crescimento associado a um único setor de atividade, levanta questões sobre as implicações de longo prazo. A esse respeito, os autores referem que será importante perceber a estratégia do governo sobre a revitalização de áreas de extração mineral em dificuldades, e ainda se o foco na provisão de habitação e infraestruturas permanentes será o mais apropriado para estas cidades, quando a viabilidade de longo prazo do principal setor económico for incerta. Deve-se, pelo menos, considerar outras alternativas, como a construção de moradias para arrendamento, infraestruturas modulares que possam ser facilmente desmontadas a fim de, no futuro, reduzir o risco de possuir ativos em locais indesejáveis. Os resultados gerais também sugerem que é necessário um esforço conjunto para aumentar a base de conhecimento associada às cidades secundárias. A literatura sobre a importância das ligações rural-urbana e urbana-urbana sugere ainda que muito mais pesquisas são necessárias a esse respeito.

Um estudo que aborda a questão contemporânea das zonas urbanas, é o estudo dos autores Todes et al. (2010). Este artigo analisa a dinâmica de urbanização Sul-africana contemporânea, nomeadamente os padrões e tendências de urbanização na era atual na África do Sul, focando em particular as principais dinâmicas e forças motrizes subjacentes à migração e à urbanização. O artigo explora o contexto e a dinâmica rural em mutação e alguns dos processos significativos nesse contexto, como sejam os processos migratórios e o impacto da reforma agrária. A migração circular continua a ser uma forma de sobrevivência das famílias nas áreas rurais e a imigração internacional é consequência quer das condições precárias dos países de origem, quer do poder de atração da economia Sul-africana, e alimenta principalmente o crescimento urbano. A migração contínua para as cidades é naturalmente um desafio para a gestão da cidade, a que se acrescenta a tendência para a diminuição da dimensão das famílias, fatores que têm contribuído para o crescimento físico das cidades e aumento da procura por habitação, serviços e infraestruturas. Neste estudo conclui-se que as principais áreas metropolitanas e ainda algumas das cidades secundárias em rápido crescimento, têm sido o principal foco de imigração na era pós-apartheid. Esta tendência tem sido sustentada pelo crescimento económico dentro dessas áreas e condições com efeito repulsivo da população nas áreas rurais, como a migração das fazendas, o fracasso das políticas de reforma agrária e um declínio adicional na base agrária das áreas rurais. Apesar da imigração representar uma fonte de crescimento das cidades cada vez mais importante, o aumento de população resultante do saldo natural continua a ser a principal fonte de crescimento. Mas os desafios que as cidades enfrentam não estão só relacionados com o aumento da urbanização e imigração, também são consequência da dinâmica interna, nomeadamente do crescimento da classe média e consequente aumento da procura por serviços públicos e infraestruturas de qualidade.

Outro estudo que importa citar é o de Marais, Van Rooyen, Lenka & Cloete (2014), o qual aborda a questão do planeamento para o desenvolvimento económico numa cidade secundária, tendências, armadilhas e alternativas, nomeadamente para Mangaung na África do Sul. O artigo em causa examina as iniciativas de desenvolvimento económico de Mangaung, com uma ênfase específica no período de 20 anos que decorreu desde o início da era pós-apartheid. Embora alguns dos planos visem reverter o planeamento do apartheid, argumenta-se que os mesmos contrariam a história a cidade, não consideram o valor de uma economia do conhecimento crescente e não contextualizam o desenvolvimento da cidade e suas perspetivas futuras em termos de seu papel regional. No artigo identificam-se vários caminhos que se baseiam na história e incluem opções para garantir a participação ativa numa economia do conhecimento crescente, sem esquecer o papel regional da cidade como um dos principais ativos com vista ao desenvolvimento económico. Das principais conclusões retira-se que os principais problemas relacionados com o planeamento estratégico em cidades secundárias, têm a ver com a forte dependência de um único setor económico, no caso de Mangaung o setor terciário, e a falta de estratégias destinadas a diversificação da economia, muitas vezes não competitivas em relação às grandes aglomerações urbanas. As tentativas atuais de criar uma base industrial para a cidade, implicam de facto uma concorrência com os municípios metropolitanos. Os autores ainda destacam o papel das duas universidades existente na região, as quais contribuem para o desenvolvimento da cidade ao proporcionar a qualificação de recursos humanos para as empresas instaladas na região.

A vasta literatura sobre as cidades principais e secundárias, mostra-nos o quanto são estas cidades importantes para o desenvolvimento económico e social do país de uma forma genérica e particularmente para a região. Os diversos estudos

apresentados neste ponto mostram-nos ainda que as cidades secundárias apresentam em si alguns aspetos muito semelhantes às cidades principais.

### 3. METODOLOGIA

O presente artigo foca-se na análise genérica do crescimento e desenvolvimento urbano em alguns países africanos, nomeadamente na razão de algumas cidades principais nos países em vias de desenvolvimentos apresentarem enormes economias de aglomeração em relação às outras regiões do mesmo país. O objeto de estudo é analisar, em particular, as cidades principais e secundárias de alguns países africanos, com uma breve comparação entre as duas principais regiões do continente, i.e., as regiões de Magreb e as regiões da África subsariana.

A metodologia a ser seguida no presente artigo é sobretudo descritiva, com base em trabalhos anteriores que abordam a questão do crescimento urbano de uma forma genérica e particularmente a questão das cidades principais e secundárias, e com base na informação disponível em sites oficiais de estatísticas para os países em análise.

### 4. A URBANIZAÇÃO EM ÁFRICA

Os sistemas urbanos por norma estão caracterizados de uma forma hierárquica e distribuídos em distintas configurações, de acordo com as especificações a que lhe estão associadas e alguns aspetos peculiares de cada região. Os sistemas urbanos devem estar capazes de responder à realidade em que se inserem, sendo que atualmente são definidos quatro desafios principais para as cidades em matéria de desenvolvimento urbano:

- As cidades como territórios de inovação e competitividade;
- As cidades como territórios de coesão social e cidadania;
- As cidades como territórios de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida;
- As cidades como territórios bem planeados e governados.

A cidade é, em parte, um depósito de ativos fixos acumulados da produção anterior. É construída por uma dada tecnologia e no contexto de um dado modo de produção (o que não quer dizer que todos os aspetos da construção da cidade são funcionais em relação ao modo de produção) (HARVEY, 1993, p. 203).

O conceito de cidade está ligado a diversos aspetos e é um conceito evolutivo, pois a cidade nos dias de hoje é diferente da cidade de outros tempos, devido a diversas mudanças ocorridas no tempo e no espaço. Os espaços sofreram diversas transformações durante décadas e o próprio progresso das sociedades trouxeram novas abordagens e novos métodos de analisar a questão das cidades nos dias de hoje. As cidades acompanharam a evolução das sociedades nos seus diversos domínios, o crescimento económico, o crescimento populacional e sobretudo o progresso tecnológico.

Apesar da literatura não apresentar conceitos específicos para cidade principal e secundária, pode-se dizer que as cidades principais de uma forma genérica são as capitais dos países, ou seja, cidades sede de governo, por norma as cidades principais têm um histórico dominante na região onde elas se encontram destacadas.

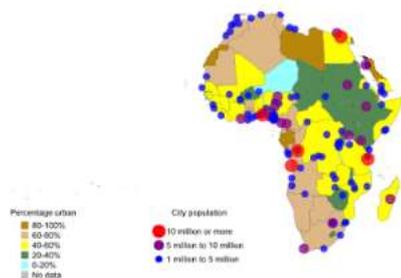
Para analisar a questão da urbanização em África, têm que se considerar fatores de diversas ordens, a começar pelos fatores históricos, sendo que a maior parte das regiões urbanas de África sofreram drásticas transformações durante um longo período.

Um dos fenómenos mais interessante na geografia do continente africano, em particular na África ao Sul do Sahara, é a dinâmica tardia (a partir sobretudo dos anos 1950), mas rápida e multiforme dos processos de urbanização. As impressionantes concentrações humanas que se impuseram nas paisagens (Lagos na Nigéria poderá ter atingido em 2003, cerca de 10 milhões de habitantes, Kinshasa, os 5,3 milhões, Luanda já ultrapassou mais de 7 milhões de habitantes) apresentam, no entanto, nos dias de hoje, tendências de evolução diversificadas, reveladoras de significativas transformações na organização do espaço, de emergência de novas territorialidades, de modificações nas velhas relações cidade/campo, de novas culturas urbanas.

A construção dos novos estados e a sua conexão com a ordem global apoiou-se nas cidades capitais, locais de concentração e afirmação dos novos poderes. Desta forma, e através de amplos programas de cooperação internacional, a respetiva importância económica e política viu-se reforçada – os projetos de industrialização, as infraestruturas e os equipamentos realizados, a expansão dos serviços públicos e das representações internacionais, a realização dos símbolos materiais da afirmação do novo Estado, a africanização dos quadros, abrindo novas oportunidades de emprego e criando meios de promoção social – foram, entre outros aspetos, poderosas alavancas de captação das forças vivas de regiões mais ou menos distantes.

As capitais, quase em exclusivo, polarizaram assim importantes fluxos migratórios, compostos essencialmente por uma população jovem, dotada de elevada capacidade reprodutiva, cuja instalação se traduziu no rápido alargamento da área construída, frequentemente de forma descontínua, caótica e improvisada onde, porém muitas vezes a produção espontânea de habitação rivalizava com a oferta pública de alojamentos sociais.

A população cresceu e o ritmo de crescimento das cidades acompanhou este crescimento, sendo que atualmente temos mais áreas urbanas que há uns anos atrás, conforme é ilustrado na figura 1.



**Figura 1: Aglomerações urbanas por dimensão**

Fonte: <https://population.un.org/wup/Maps/>

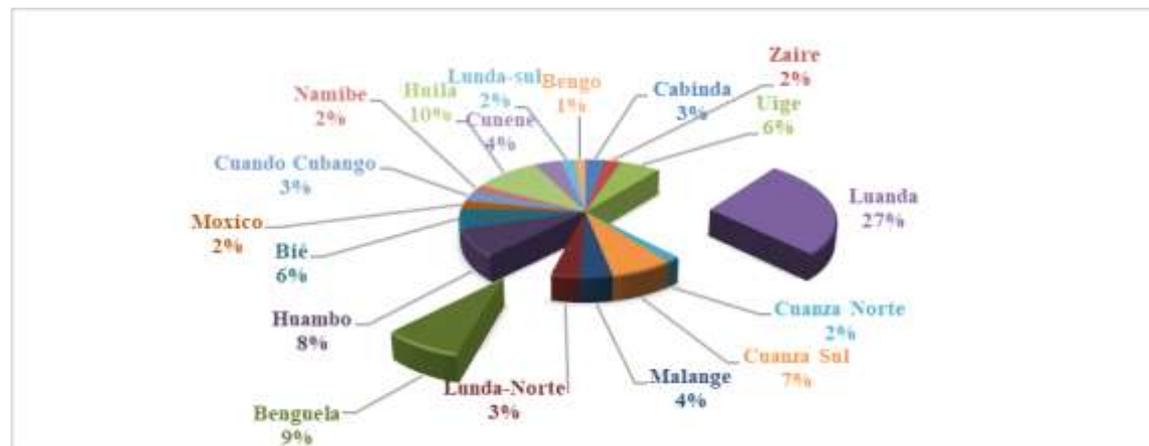
Através do mapa ilustrado na figura podemos observar que, tanto os países do Norte como os do Sul apresentam grande concentração de população urbana. No Sul de África, nomeadamente nos países de Angola e África do Sul, mais de 60% da população reside em zonas urbanas, e em alguns países do Norte, como Marrocos e Líbia, apresentam mais de 80% da população a residir em zonas urbanas. Mas apesar de existirem alguns países com uma forte percentagem de urbanização, o continente ainda precisa de um grande esforço para “infraestruturar” adequadamente as cidades.

Conforme temos vindo analisar, as cidades cresceram de forma significativa nos últimos anos. Segundo o relatório da ONU sobre as perspetivas da urbanização mundial, espera-se que em 2045 a população Urbana a nível Mundial ultrapasse os seis mil milhões. Muito do esperado crescimento urbano terá lugar nos países das regiões em desenvolvimento, particularmente em África. Consequentemente estes países enfrentarão inúmeros desafios para atender às necessidades do crescimento da população urbana, inclusive no que respeita à habitação, infraestruturas, transportes, energia e emprego, assim como as exigências em termo dos serviços básicos como a educação e a saúde.

## 5. AS CIDADES PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS DE ÁFRICA

### 5.1 Angola: Luanda e Benguela

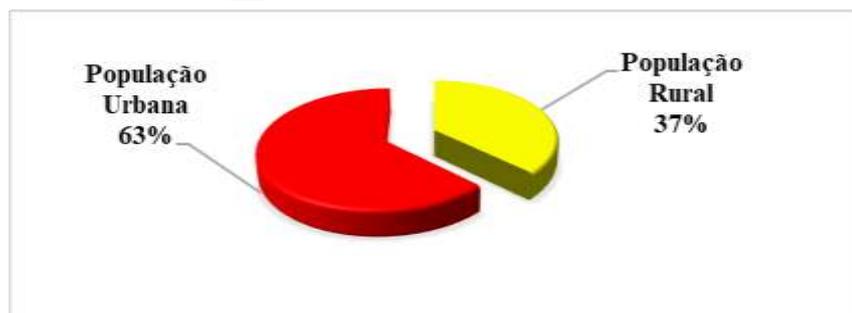
Segundo os dados do Instituto Nacional da Estatísticas de Angola (INE), a população angolana está distribuída maioritariamente nas zonas rurais, conforme os gráficos das figuras 2 e 3 ilustram.



**Figura 2: Distribuição da população angolana pelas províncias**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE

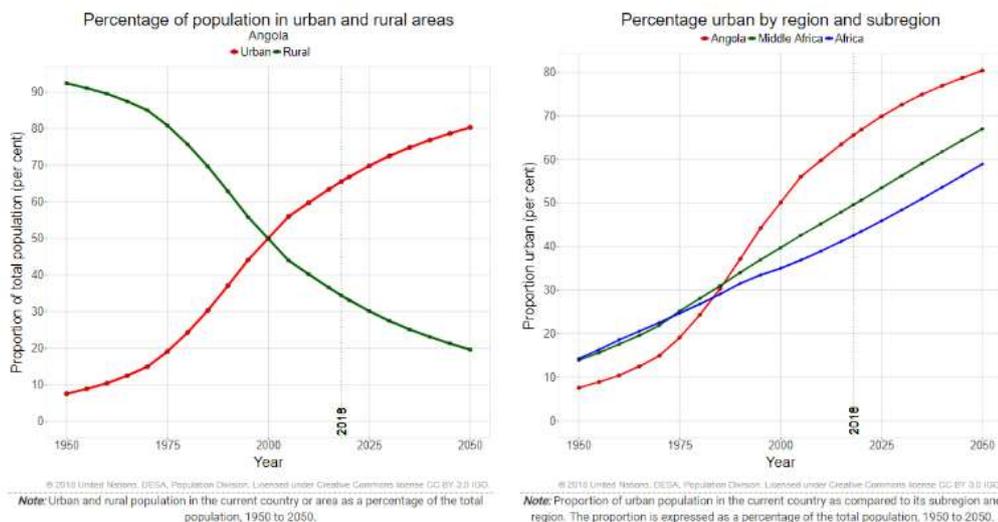
Luanda é a capital e a maior cidade do país, atualmente com cerca de 28 milhões de habitantes, é também uma das maiores cidades de África. Luanda é também a maior capital do grupo de países que integram os países da CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, integrada por Angola, Moçambique, Portugal, Brasil, Timor Leste, São Tomé e Príncipe e Cabo-Verde. Espera-se que a população de Luanda atinja nos próximos anos 30% da população angolana. Esta superpovoação trará consigo um enorme desafio para as autoridades angolanas sobretudo no que respeita às políticas destinadas a manter um bom funcionamento do sistema urbano da grande Luanda, que aos poucos vai afirmando o seu nome nas grandes metrópoles do continente africano.



**Figura 3: Distribuição da população angolana entre urbana e rural**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE.

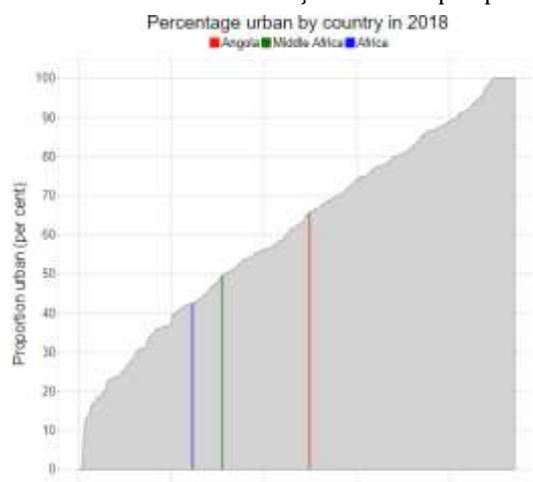
A população angolana cresceu de forma significativa ao longo dos últimos 60 anos, com uma ligeira interrupção devido à guerra ocorrida durante 27 anos após de o país ter alcançado a independência.



**Figura 4: Evolução da população urbana e rural**

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2018). World Urbanization Prospects: The 2018 Revision

Segundo os gráficos da figura 4, a população urbana apresenta tendência de crescimento enquanto que a população rural vai decrescendo, estima-se que até 2050, a população urbana em Angola cresça até os 80%. Estes valores devem-se principalmente aos diversos programas de urbanização que o governo angolano tem levado a cabo a nível nacional, principalmente na cidade de Luanda onde se regista o maior número de projetos de urbanização, projetos de iniciativa privada e também de habitações sociais por parte do Estado.



**Figura 5: População urbana por país**

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2018). World Urbanization Prospects: The 2018 Revision

Atualmente, em África, Angola é o país que mais cresce em termos urbanos, o que se deve principalmente ao término do conflito armado no país.

Nas dinâmicas demográficas destacam-se, em valores absolutos, a província de Luanda como sendo a cidade principal de Angola, seguida por Benguela (Lobito) e outras três do planalto central, nomeadamente as cidades de Huambo, Bié e Huíla (Lubango). No presente estudo apenas nos interessa analisar os aspetos particulares de Luanda como a principal cidade de Angola e Benguela como a cidade secundária.

Em muitas cidades, a urbanização desordenada e descontrolada (comum em países africanos que passaram por um processo de descolonização seguido de guerra civil) levou à proliferação dos musseques, numa lógica extensiva e altamente consumidora de território, à degradação profunda e falência das infraestruturas de base (abastecimento de água, saneamento, energia, parque habitacional), ao crescimento da população excluída, desempregada e profissionalmente desqualificada, como é o caso particular de Luanda.

Luanda, capital da República de Angola e capital da província homónima, é a maior cidade do país desde 1627. Por volta de 1974/1975, Luanda tinha uma população de aproximadamente 500 000 pessoas. Durante os anos da guerra civil angolana verificou-se um imenso êxodo de populações do interior para o litoral e, em particular, para a capital, que alberga hoje em dia mais de 7 000 000 de pessoas.

Luanda é a cidade que apresenta maior crescimento económico, em particular desde que Angola alcançou uma situação de paz e estabilidade política e social. Os vultuosos investimentos, nacionais ou em parceria com financiadores internacionais privados e institucionais, particularmente na área da construção civil e das telecomunicações, fazem da cidade e do município uma metrópole em crescimento acelerado, com sofisticados edifícios residenciais e de escritórios que coabitam com a cidade colonial e com enormes musseques carecidos ainda de condições básicas de fornecimento de água e de saneamento. Luanda é o principal centro financeiro, comercial e económico de Angola, sendo responsável por cerca de 90% do PIB (Produto Interno Bruto) do país. Ali se encontram sediadas as maiores empresas angolanas e delegações e subsidiárias de várias multinacionais.

O porto de Luanda, localizado na baía de Luanda, é o principal porto do país, movimentando mais de 70% das importações e exportações angolanas (petróleo/crude excluído). A capital é também o principal pólo universitário do país, com um número considerável de universidades, entre as quais: Universidade Agostinho Neto, Universidade Católica, Universidade Independente, Universidade Jean Piaget, Universidade Lusíada. Em 2008, foi lançado o projeto da Cidade Universitária, que abrigará o primeiro Parque Científico e Tecnológico de Angola.

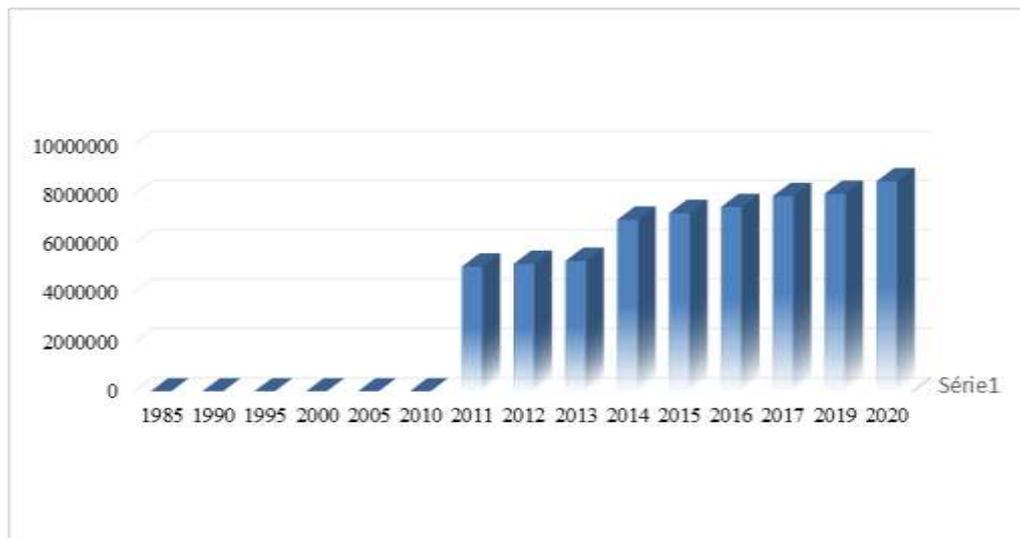
A origem do nome refere que Luanda deriva de “Axiluanda”, significa na língua local homens do mar, nome dado pelos portugueses aos habitantes da Ilha de Luanda, porque aí chegados, perguntaram às pessoas encontradas, o que estavam elas a fazer, tendo estas respondido “wuanda”, termo que em uimbundo e kikongo significa rede de pesca ou de caça.

A cidade ganha nome através da sua ilha, a Ilha de Luanda, onde desembarcaram e se radicaram os primeiros colonos portugueses. Naquela altura, a cidade chamava-se São Paulo de Loanda.

Os habitantes de Luanda são maioritariamente membros dos grupos étnicos Kimbundu, Ovimbundo e Bakongo, todavia, outros grupos étnicos habitam na cidade. Existe uma minoria significativa de habitantes de outras origens, a destacar: cidadãos europeus (maioritariamente portugueses), americanos (com destaque para a comunidade brasileira) e asiáticos (principalmente chineses).

Nas últimas décadas a população de Luanda aumentou exponencialmente como consequência do êxodo massivo de populações das zonas rurais para a capital durante a Guerra Civil angolana. O resultado foi um crescimento acentuado, desordenado e não controlado, o que tem provocado sérios problemas – desde a escassez de habitações, ao deficiente saneamento básico, défice no abastecimento de água e energia elétrica, insuficiência de estradas, desemprego e consequentemente aumento dos índices de pobreza.

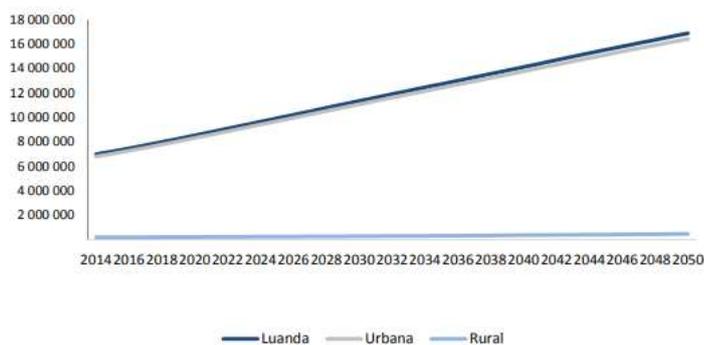
A população passou de 189.500 em 1960 para 475.328 em 1970, altura em que se realizou o último censo populacional, e de 898.000 em 1983 para 5.000.000 em 2010, um aumento de 456% em 27 anos, ou seja, um crescimento médio anual de quase 17%, conforme é apresentado na figura 6.



**Figura 6: População de Luanda**

Fonte: Elaboração própria com dados do INE

Atualmente a população de Luanda é estimada em mais de 7 milhões de habitantes, estando perto dos 8 milhões de habitantes.



**Figura 7: Projeção da população de Luanda 2014-2050**

Fonte: Elaboração própria com dados do INE

Segundo as projeções do Instituto Nacional de Estatística, espera-se que a cidade em 2050 tenha aproximadamente 18 milhões de habitantes (figura 7).

Para além de ser o centro político e administrativo do país, Luanda é também o centro económico. A presença das sedes das principais empresas do país ilustra bem esta realidade. As principais atividades económicas são a indústria transformadora e serviços. Entre os produtos produzidos em Luanda, destacam-se os produtos alimentares, bebidas, têxteis, materiais de construção, produtos plásticos, cigarros, etc. O petróleo é refinado na única refinaria do país situada em Luanda.

Prevê-se que o crescimento urbano da cidade de Luanda irá continuar ao longo dos próximos anos. A figura 8 mostra-nos a evolução da forma de uso do solo de Luanda e a figura 9 apresenta-nos uma estimativa para 2040.



**Figura 8: Mapa do uso do solo em Luanda, 1993, 2000 e 2008**

Fonte: Secuma, A. J. J. (2012)

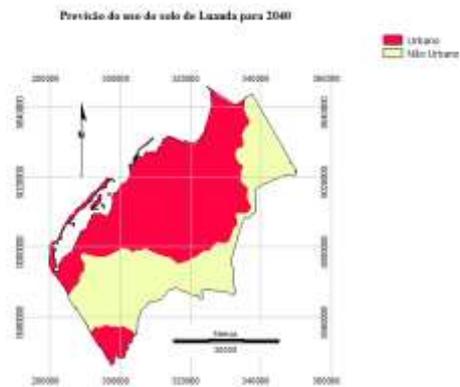


Figura 4.24. Mapa que representa a previsão do uso do solo em 2040

### Figura 9: Previsão do uso do solo em Luanda para 2040

Fonte: Secuma, A. J. J. (2012)

Os espaços urbanos evoluíram de forma significativa e o crescimento urbano da cidade de Luanda trás consigo um conjunto de consequências que do ponto de vista social, interfere diretamente na vida cidadina dos habitantes desta enorme cidade. Um dos grandes problemas está associado à mobilidade interna. O crescimento da cidade trouxe novas centralidades, sobretudo na zona sul da cidade onde está concentrada a maior parte das novas zonas urbanizadas, desde condóminos privados e projetos habitacionais do estado. A população que anteriormente residia no centro da cidade preferiu mudar-se para estas novas zonas, devido a comodidade com o espaço e o meio ambiente. Porém, a maior parte dos serviços públicos, como os departamentos ministeriais e outros serviços, ainda se encontra localizada na baixa da cidade. Como tal, e a título de exemplo, um funcionário que trabalha na baixa, normalmente acorda mais cedo do que o normal para poder ir e chegar mais cedo ao trabalho. A questão da mobilidade é um dos aspetos relevantes nas grandes cidades, a falta de vias alternativas e pouca oferta de transportes públicos por parte das autoridades contribuem para estas dificuldades na mobilidade.

Outro aspeto relacionado com o crescimento da cidade de Luanda, com uma grande concentração da população do país, respeita ao aumento do desemprego. Apesar de concentrar grande parte da atividade económica do país, a cidade não consegue ter oferta suficiente de empregos para a população cada vez mais qualificada.

Conforme foi referenciado nos parágrafos anteriores, o crescimento urbano da cidade de Luanda não tem acompanhado o ritmo do crescimento populacional que a cidade tem verificado nos últimos anos. A cidade não tem capacidade em termos de estruturas para enfrentar, por exemplo, as catástrofes naturais. Facilmente se registam fortes enchentes após a queda de chuvas torrenciais, o que em dias normais de trabalho dificulta ainda mais a mobilidade interna, devido às escassas vias rápidas e alternativas.

Luanda tende a afirmar-se como uma megacidade no cenário internacional. Aos poucos os musseques que outrora começaram a surgir após a guerra civil, vão desaparecendo com as diversas políticas de requalificação urbana que as autoridades vêm adotando nos últimos anos, mas será que a cidade conseguirá dar resposta ao grande crescimento populacional que enfrenta? É uma questão a que naturalmente o tempo dará resposta, mas por agora podemos adiantar que em termos de sustentabilidade ambiental a cidade não está preparada para tal, devido às externalidades negativas originadas pela superpovoação e pela grande concentração da indústria. A forma de governação atual não favorece um crescimento urbano sustentado, pelo fato de o poder político estar demasiado concentrado no governo provincial, o que gera uma falta de autonomia administrativa aos municípios, sendo que as grandes decisões ficam sempre dependentes dos organismos centrais.

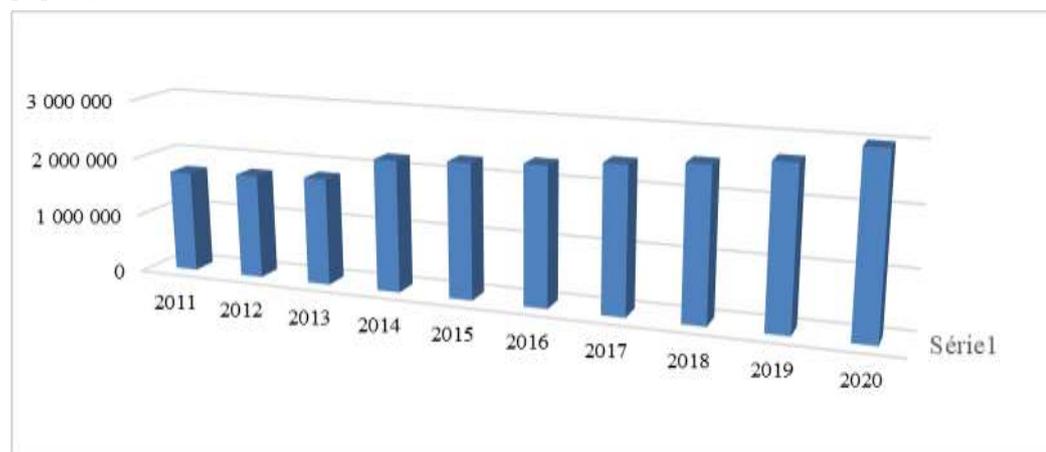
Razões económicas podem justificar o grande crescimento de economias de aglomeração na cidade de Luanda, pelo facto de possuir infraestruturas de grande relevância no âmbito nacional e internacional que dinamizam o próprio comércio. Por estas razões, meramente económicas, chega a ser mais viável concentrar tudo em Luanda, devido aos acessos com o exterior, mas por outro lado está a questão da distância, em que a mesma aumenta os custos de transporte por se tratar de um país com uma enorme extensão territorial. A título de exemplo, algumas províncias do interior do país ficam à uma distância de sensivelmente 1000 km, como as províncias das Lundas- Norte e Sul, o que talvez justificasse a dinamização de clusters industriais nestas regiões para evitar as constantes migrações que enfrentam e que consequentemente as tornam tão pobres e sem desenvolvimento económico.

Num futuro próximo, talvez haja necessidade de mudar a atual sede administrativa de Luanda para uma outra cidade, conforme muitos outros países em África já o fizeram, a título de exemplo, países como Marrocos que mudou a sua capital administrativa de Casa Blanca para Rabat, Senegal, Benin, Costa de Marfim e entre outros. Qual seria então uma possível capital em substituição da futura megacidade de Luanda? Importa referir que já nos tempos de colónia a cidade que estava destinada a ser capital de Angola era a cidade de Huambo, que foi apelidada de Nova-Lisboa, por ter alguns aspetos urbanísticos semelhantes a Lisboa, porém não foi capital, por algumas razões de ordem geográfica (posição desvantajosa

em relação às cidades que estão localizadas no litoral). Em termos geoestratégicos a cidade com condições plausíveis para a possível transferência da sede de governo, seria a cidade de Benguela, que no presente estudo classificamos como uma cidade secundária.

No presente artigo considera-se a cidade de Benguela como a cidade secundária de Angola por variados motivos. Além de ser uma cidade linda e atraente (considerada por muitos como a cidade mais linda de Angola) possui características que a tornam uma província com uma localização geoestratégica preferencial para Angola. Benguela possui neste momento infraestruturas de realce que a colocam na rota mundial das cidades secundárias: porto, aeroporto internacional e uma importante linha férrea que liga o centro litoral ao sul e também a alguns países como a Zâmbia e o Zimbabwe. O caminho de ferro de Benguela que passa pelo Porto de Lobito, tem uma grande importância na economia regional da África austral, servindo de uma grande plataforma logística para aquela região do continente. Uma vez que este porto assegura o escoamento das exportações para Zâmbia e Zimbabwe.

A população também tem estado a crescer de forma significativa, neste momento com mais de dois milhões da população total residente na província, segundo os dados do INE, a tendência é de verificar-se um acentuado crescimento da população sobretudo na cidade.

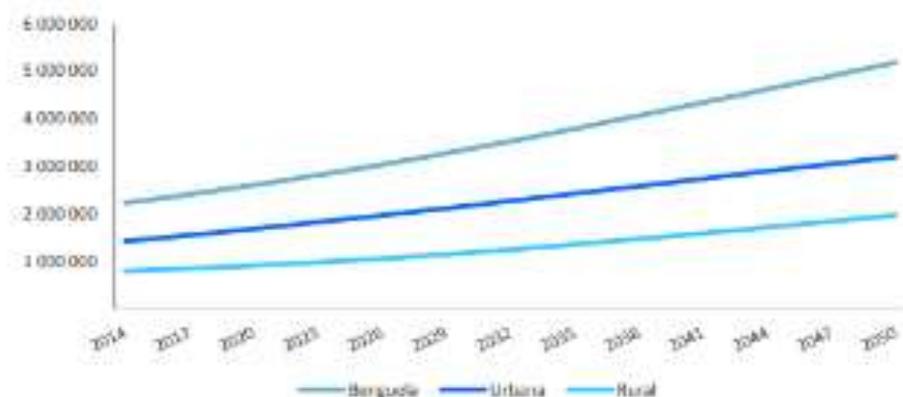


**Figura 10: População de Benguela**

Fonte: elaboração própria com base nos dados INE

Nos últimos anos a população urbana tem vindo a aumentar, conforme se pode observar no gráfico da figura 11. Benguela é uma cidade com características peculiares de uma cidade secundária, dada a sua localização geográfica que a coloca na rota de uma das cidades mais importantes do país e da região da África austral. A cidade serve de uma espécie de plataforma regional, de grande relevância para alguns dos países da zona. A cidade possui um aeroporto internacional, e alguns serviços de relevância internacional, como o consulado de Portugal e uma linha férrea que liga o país com os outros países da zona austral.

A população também tem estado a crescer de forma significativa e neste momento a província possui cerca de 40% de população urbana. Por ser uma província muito dedicada à agropecuária, a sua população rural, tende a equilibrar-se com a população Urbana, a figura 11, mostra-nos a projeção da população urbana e rural.



**Figura 11: Projeção da população de Benguela 2014-2050**

Fonte: INE Angola

Apesar do crescimento urbano que a província de Benguela tem verificado nos últimos anos, em termos de economias de aglomeração a cidade não apresenta grandes avanços pelo facto de as autoridades governamentais concentrarem tudo na capital administrativa (e também capital económica).

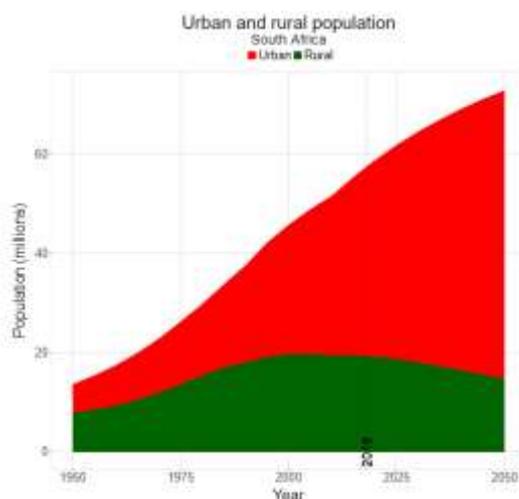
A localização de Benguela no litoral centro, privilegia a província com a capacidade de impulsionar o desenvolvimento regional. Benguela é uma região com uma economia fortemente predominada pela agropecuária e pela pesca, o setor primário tem uma grande relevância. O turismo também constitui uma das principais potencialidades da região, o que poderia constituir uma das vantagens de atracção e captação de grandes investidores internacionais de forma a impulsionar o Investimento Direto Estrangeiro na região. Existe uma certa falta de vontade política de assumir a cidade de Benguela como um segundo centro urbano e um forte polo industrial, aproveitando as potencialidades que esta linda província apresenta.

## 5.2 África do Sul: Joanesburgo, Cidade do Cabo e Bloemfontein

África do Sul é o país mais desenvolvido da África, integra o grupo dos países da OCDE e tem uma particularidade que o distingue de outros países, dado ter três capitais, uma administrativa, uma judicial e outra legislativa, respetivamente, Pretória, Bloemfontein e Cidade do Cabo.

África do Sul é um dos poucos países do continente Africano com altas taxas de urbanização, diferente dos outros países africanos onde a população ainda é maioritariamente rural. No presente trabalho faz-se um estudo comparativo entre uma cidade principal, o município metropolitano de Joanesburgo e duas cidades secundárias, respetivamente, os municípios metropolitanos de Cidade do Cabo e Bloemfontein.

África do Sul tem mais de 55 milhões de habitantes, figurando na lista dos países mais populosos de África, onde a população urbana apresenta uma taxa consideravelmente alta, pelo menos, mais de 60% da população Sul-africana vive em zonas urbanas. O processo de urbanização Sul-africano está ligado a questões históricas, sendo que o crescimento urbano se deveu em grande parte às migrações internas que ocorreram entre os anos 1994 e 2004. Segundo um estudo da Associação de Desenvolvimento de Nkuzi, durante este período as populações que residiam em zonas rurais foram despejadas das fazendas, cujos proprietários eram maioritariamente de etnia branca. Muitas dessas pessoas que foram desalojadas do seu habitat e do seu trabalho, alguns sem qualificações profissionais senão a agricultura, foram-se estabelecendo nas zonas urbanas. Uma quota parte, a maioria dos cerca de 60% estabeleceram-se nos arredores de cidades como Gauteng (Joanesburgo) e Kwazulu Natal, devido ao poder de atracção das mesmas, quer em termos de emprego, quer de grandes infraestruturas. Como tal, começaram a surgir os grandes subúrbios ao redor das metrópoles, porque nem todos os indivíduos que vêm das zonas rurais têm condições sociais para se estabelecer dentro do centro urbano.



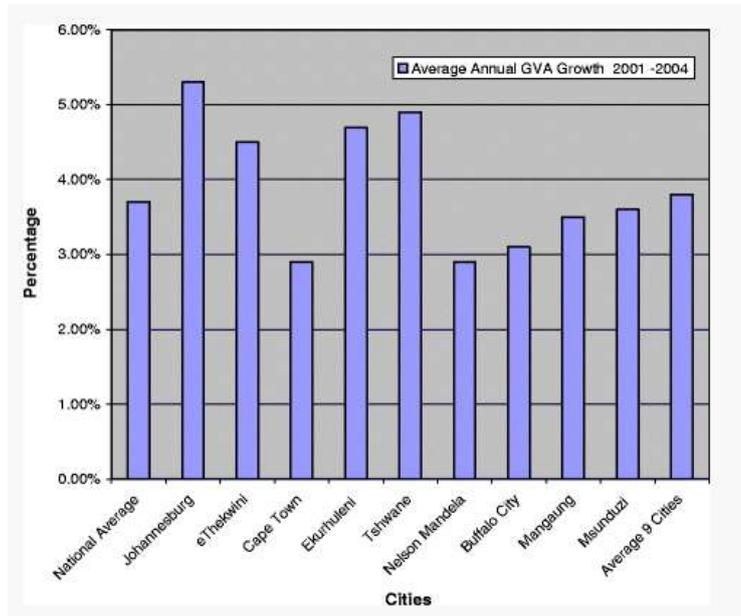
**Figura 12: População Urbana e rural África do Sul**

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2018). World Urbanization Prospects: The 2018 Revision

Em termos genéricos o crescimento urbano está intimamente associado ao crescimento económico e ao crescimento das economias de aglomeração, as pessoas concentram-se em cidades onde existe uma boa oferta de trabalho e melhorias nas condições de vida no âmbito social. Durante o período de 1996-2003, Gauteng cresceu 3,7% em termos económicos, comparado com um crescimento da economia Sul-africana de 2,5% no mesmo período. Este padrão de crescimento foi sustentado por fortes perdas de empregos em indústrias de baixo custo, como vestuário - o efeito de um forte rand e da abertura da África do Sul à concorrência internacional - e pelo rápido crescimento no setor terciário, particularmente nos setores financeiro e comercial. (Robbins.2004).

A figura 13 ilustra o rápido crescimento económico que se verificou nas principais cidades e, particularmente, na cidade metropolitana de Gauteng, no período de 2001 a 2004. Embora as nove cidades em média tenham crescido a taxas que

eram apenas ligeiramente superiores aos números nacionais, a cidades metropolitana de Gauteng cresceu muito mais rapidamente, a uma taxa superior a 5%.



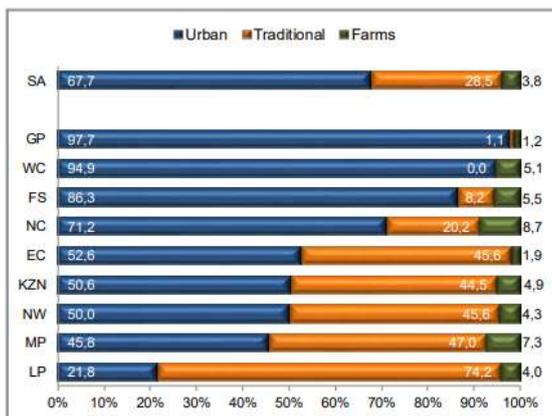
**Figura 13: Crescimento médio anual do VAB no país e nas nove grandes cidades, no período 2001-2004**

Fonte: statssa.gov.za

A razão pela qual Gauteng (Joanesburgo) concentra tanta população prende-se em certa parte com a concentração da oferta de emprego. Em termos genéricos cerca de metade do emprego está concentrado nas nove principais cidades do país, dos quais 25% na cidade metropolitana de Gauteng (Joanesburgo), com a maior taxa de crescimento de emprego, sendo que a oferta de emprego atual está direcionada para uma população com um certo nível de qualificação.

Segundo a figura 14, a nível nacional, 67,7% da população em idade ativa vive em áreas urbanas, seguida de áreas tradicionais (28,5%) e apenas 3,8% em áreas agrícolas. Cerca de nove em cada dez pessoas em idade de trabalhar em Gauteng e Western Cape residem em áreas urbanas.

Joanesburgo é a capital da província de Gauteng, e é também o maior município metropolitano do País, cidade cosmopolita e diversificada economicamente, representa uma grande aglomeração (económica) do país, o que permite oferecer as melhores condições aos seus habitantes e ser uma cidade atrativa em termos económicos.



**Figura 14: População em idade ativa por província**

Fonte: statssa.gov.za

O município metropolitano da Cidade do Cabo, apresenta algumas particularidades que o diferencia de Joanesburgo, pelo facto de ser uma das grandes atrações turísticas do país e também por ser uma das capitais do país. Na Cidade de Cabo há também uma forte presença de indústria e infraestruturas com uma relevância internacional, especificamente os serviços portuários. Joanesburgo tem uma alta taxa de concentração da população pelo facto de este estar próximo da capital executiva, ou seja, mais próxima da sede de governo.

Bloemfontein como cidade secundária tem uma certa importância no contexto nacional, por um lado pelo facto de ser uma das três capitais do país, e por outro lado porque é relevante na economia do país e sobretudo na região, onde os setores da hotelaria, comércio e transporte representam uma quota parte significativa na economia local, sendo um ponto forte para atração da população que provém de algumas zonas rurais do país.

As cidades secundárias apresentam uma certa importância na economia local e nacional. Em termos genéricos é muito notável vermos uma grande afluência da população mais qualificada nos grandes centros metropolitanos, naturalmente por razões que estão ligadas ao próprio rendimento médio que estes oferecem. As populações com uma qualificação menos significativa têm tendência para se instalarem nas cidades secundárias, a maior parte localizadas no interior do país.

Cidades secundárias geralmente desempenham um papel importante nesse sentido, pelo fato de que o movimento populacional para as cidades secundárias coincide com os padrões de emprego. A provisão de infraestruturas nas cidades secundárias também consegue acompanhar o aumento da população. Infelizmente, as cidades secundárias, da mesma forma que os municípios metropolitanos, nem sempre conseguem oferecer habitação adequada. O rendimento familiar nas cidades secundárias é menor do que nos municípios metropolitanos, e a taxa de emprego nos municípios metropolitanos também é maior do que nas cidades secundárias, mas não deixa de ser importante a afirmação das cidades secundárias no cenário nacional e internacional.

### 5.3 Marrocos: Casablanca e Rabat

Neste ponto faz-se uma análise comparativa entre as cidades de Rabat e Casablanca em Marrocos, de forma a estabelecer um padrão comparativo entre o Sul e o Norte de África.

A região da Grande Casablanca inclui, além, da cidade e do município de Casablanca, as províncias de Nouaceur e Mediouna e ainda o município de Mohammedia. É a maior região urbanizada do Reino do Marrocos, com 3,6 milhões de habitantes (segundo o censo oficial de 2004), representando 12,1% da população total do país. Estimativas não oficiais calculam 6 milhões de habitantes, devido aos numerosos assentamentos informais e fluxos recentes de migrantes.

A população da região é muito jovem, um terço dos habitantes tem menos de 15 anos de idade. Em 2008, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) classificou o Marrocos na 127<sup>a</sup> posição entre 179 países. Casablanca encontra-se a meio de um processo de rápida e descontrolada transformação e modernização, que está aumentando a distância entre ricos e pobres, e pressionando a oferta de infraestruturas, habitação e transportes. As indústrias e os bairros residenciais vão transformando a região periurbana, exercendo uma grande pressão sobre as terras de minifúndios e pequenos agricultores.

A par de outras cidades sobre as quais recai a nossa análise, Casablanca e Rabat também tiveram a sua urbanização muito ligada a questões históricas. Atualmente Casablanca é uma das maiores cidades do Norte de África, com mais de 5 milhões de habitantes. A cidade de Casablanca possui o maior polo industrial do país e movimenta a maior parte da economia da região, com um dos maiores portos do mundo. A cidade é a mais importante em termos económicos do país, com infraestruturas de relevância internacional e o maior centro financeiro do país, a região afirma-se como uma das principais metrópoles no Norte de África onde a maior parte da população reside em áreas urbanas.

Casablanca atrai os quadros mais qualificados e oferece as oportunidades associadas a uma metrópole. Porém, nos arredores de Casablanca, nascem os “musseques”, à semelhança do que se passa nos subúrbios da maioria das grandes metrópoles africanas, os quais acompanham a própria dinâmica do crescimento urbano.

No caso de Marrocos e outros países Árabes sobretudo os do Norte de África, existe uma forte presença da economia informal principalmente no que respeita a pequenos mercados dentro da cidade, onde se comercializa um pouco de tudo, desde animais vivos aos diversos objetos da cultura árabe, o que tem representado naturalmente uma fonte de rendimento para as populações com um baixo nível de qualificação e menos preparados para o mercado de trabalho.

A maior parte da população qualificada, está empregada no setor industrial, onde se observa um nível de rendimento relativamente superior. A urbanização no Norte de África assemelha-se bastante com algumas cidades europeias, como Barcelona e Paris.

Um dos aspetos mais relevantes nestas duas cidades marroquinas, é o facto da maior cidade do país não ser a capital conforme sucede em muitos países de África, o caso de Marrocos é excecional, uma vez que a atual capital, Rabat, pode afirmar-se como uma cidade secundária pela própria dimensão demográfica e a sua posição no quadro das principais cidades do país.

Rabat é a sede de Governo do reino de Marrocos, segunda maior cidade do país. A cidade assemelha-se a muitas cidades europeias como Lisboa e outras cidades onde há uma grande presença da religião Islâmica, a título de exemplo a metrópole de Istanbul. O caso particular das cidades do Norte de África se assemelharem mais com a urbanização das principais metrópoles europeias, tem a ver com a forte presença de alguns países como Espanha, Portugal e França, durante o período de colonização.

A cidade de Rabat está localizada a pouco mais de 100 km, da metrópole de Casablanca, o que facilita mobilidade entre as duas cidades e o fluxo de comércio. Em termos económicos e da dinâmica de economias de aglomeração, as duas principais cidades de Marrocos têm uma localização vantajosa para as duas, o que encurta também os padrões de assimetrias regionais. As duas cidades complementam-se, apesar de a sede de governo não estar localizado na principal cidade, por uma questão estratégica, o que por um lado é benéfico para a diminuição de superlotação da Casablanca que num futuro próximo poderá estar na lista das megacidades africanas.

Nas duas cidades marroquinas é possível notar alguns aspetos relacionados com a vida metropolitana a que muitas cidades no Sul de África não conseguem dar resposta, principalmente no que respeita às questões relacionadas com a mobilidade interna e a qualidade de vida dos seus habitantes. As cidades do Norte de África estão muito bem estruturadas e ainda é visível a preservação dos centros históricos, o que não acontece com as cidades como Luanda e Kinshasa na república democrática do Congo, a título de exemplo. Para além da mobilidade, o padrão urbanístico é tipicamente europeu o que se distingue bastante das cidades do Sul de África, cuja maior parte delas estão em reconstrução devido a guerras que estes países enfrentaram num passado recente.

## 6. CONCLUSÃO

Em termos genéricos o artigo analisou de forma comparada as dinâmicas de crescimento urbano nas cidades principais e secundárias do continente africano.

A análise comparativa feita permite concluir que a diferença entre as cidades do Norte de África e as de Sul, é que as metrópoles do Norte conseguem dar resposta ao crescimento populacional que estas vão tendo, garantindo uma mobilidade urbana e uma forte oferta de empregos com uma remuneração média-alta, apesar de ser visível a presença da economia informal e uma forte economia de aglomeração, como na cidade de Casablanca a título de exemplo. As cidades do Sul de África, não conseguem acompanhar o crescimento urbano, as cidades crescem e com o crescimento vão-se multiplicando os musseques, como é o caso de Luanda, onde a mobilidade urbana é um dos grandes problemas que a cidade enfrenta, juntamente com o crescimento contínuo e descontrolado, não se conseguindo dar resposta às necessidades sociais.

As principais cidades africanas apresentam um forte crescimento populacional, mas este crescimento está desalinhado com a dinâmica social, como a oferta de emprego e a qualidade de vida dos residentes nestas cidades.

## REFERÊNCIAS

- Cardoso, R. (2015). Cidades principais e secundárias na Europa: uma caracterização dos contrastes à escala da região urbana. *GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, (7), 85-109.
- Estêvão, J. (2005). O desempenho económico da África Subsariana (1960-2002): leituras e interpretações. Seminário conjunto do Mestrado em Economia e disciplina de Política Económica da Licenciatura em Economia.
- Ham, S. M., & Piescho, M. Desenvolvimento sustentável para as megacidades do futuro: infraestruturas verdes em Casablanca, Marrocos. *Construindo cidades resilientes*, 41.
- INE (2016). Departamento de Informação e Difusão Projeção da população da província de Luanda. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, pp.13,17.
- INE (2016). Departamento de Informação e Difusão Projeção da população da província de Benguela. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, pp.13,17.
- Lima, M. C., da Silva, J. H. F., & Cumaru, J. R. (2015). Território, desenvolvimento e a economia das grandes cidades: perspectivas do Brasil e da China. *Revista Pós Ciências Sociais*, 12(24), 205-230.
- Marais, L., & Cloete, J. (2017). O papel das cidades secundárias na gestão da urbanização na África do Sul, *Development Southern Africa*, 34: 2, 182-195, DOI: 10.1080 / 0376835X.2016.1259993
- Marais, L., & Cloete, J. (2017). The role of secondary cities in managing urbanisation in South Africa. *Development Southern Africa*, 34(2), 182-195.
- Marais, L., Van Rooyen, D., Lenka, M. e Cloete, J. (2014). Planejamento para o desenvolvimento económico em uma cidade secundária? Tendências, armadilhas e alternativas para Mangaung, África do Sul. *Boletim de Geografia. Série sócio-econômica*, 26 (26), 203-217.
- Paulo, C. M. F. (2011). Geografia física e ordenamento do território no Município da Baía Farta-Benguela (Angola) (Master's thesis).
- RAMOS, N., NETO, A., & FERREIRA, M. J. (2004). Desafios e oportunidades da gestão de cidades-o caso de Angola. *GeoINova* nº 10: Cidades e habitats de inovação, 203-220.
- Secuma, A. J. J. (2012). Modelação do crescimento urbano da província de Luanda, Angola (Doctoral dissertation).
- Todes, A., Kok, P., Wentzel, M., Van Zyl, J., & Cross, C. (2010, agosto). Dinâmica de urbanização sul-africana contemporânea. Em *Urban forum* (Vol. 21, No. 3, pp. 331-348). Springer Holanda.
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). *World Population Prospects: The 2017 Revision, Key Findings and Advance Tables*. Working Paper No. ESA/P/WP/248.





**APDR | University of Azores | Rua Capitão João D'Ávila |  
9700-042 Angra do Heroísmo | Portugal**  
**<http://www.apdr.pt/congresso/2019> | E-mail: [apdr@apdr.pt](mailto:apdr@apdr.pt)**